Judiciário Notícias

EDIÇÃO JULHO/ AGOSTO DE 2014 - WWW.TJCE.JUS.BR - FACEBOOK.COM/TJCEOFICIAL - TWITTER.COM/TJCENOTICIAS

NOVO FÓRUM DE ASSARÉ OFERECE MAIS SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE AOS USUÁRIOS

A estrutura foi projetada segundo normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que fez acordo com o TJCE para que prédios do Judiciário estadual deixem de funcionar, gradativamente, junto a agências bancárias

Pág. 7

Relatório do III Mutirão Carcerário recomenda criação da 4ª Vara de Execução Penal

Pág. 2

TJCE conclui implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos Juizados Especiais da Capital

Pág. 6

Nupemec realiza etapa presencial de curso sobre mediação e conciliação no Interior do Estado

Pág. 12

RELATÓRIO DO III MUTIRÃO CARCERÁRIO RECOMENDA CRIAÇÃO DA 4ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, recebeu o relatório do III Mutirão Carcerário realizado no Ceará, em 2013, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O conselheiro Guilherme Calmon Nogueira da Gama, do CNJ, fez a entrega do documento durante cerimônia ocorrida em 25 de agosto, no Palácio da Justiça.

O relatório traça diagnóstico do sistema carcerário e aponta sugestões aos poderes Executivo e Judiciário. Entre as recomendações para a Justiça cearense estão a apresentação de projeto de lei para criar a 4ª Vara de Execução Penal de Fortaleza, com competência exclusiva para fiscalizar unidades prisionais e transferência de presos, além de implantação de nova Câmara Criminal.

"Os problemas no sistema prisional que enfrentamos aqui são os mesmos de outros estados. Temos que dar as mãos, trocar experiências e trabalhar. Da parte do Poder Judiciário, assumo a responsabilidade de corrigir os erros", declarou Gerardo Brígido, que ressaltou também o processo de implantação de nova Vara de Execução Penal.

O conselheiro Guilherme Calmon destacou a missão do CNJ de promover o aperfeiçoamento da Justiça brasileira. "Gostaria de realçar o simbolismo desse momento, que vem coroar a atuação em parceria com a Justiça, o Executivo e demais órgãos envolvidos. Ainda há muito a ser feito para que não haja mais necessidade de mutirões". O representante do CNJ ressaltou o trabalho do TJCE. "O desembargador Brígido, desde o primeiro momento, se mostrou bastante colaborativo, participativo e, mais do que isso, atuante. Estendo meus elogios a todo o corpo de magistrados cearenses".

Cerimônia reuniu magistrados e representantes do MP, da Defensoria Pública e da OAB-CE

Na ocasião, a promotora de Justiça Camila Gomes Barbosa, representando o procurador-geral de Justiça, Ricardo Machado, apresentou o Fórum Nacional Permanente de Reconstrução Social. O objetivo é promover o compromisso de minimizar os problemas do sistema carcerário. A defensora pública geral, Andréa Coelho, falou da carência de profissionais no Estado. Para o presidente da Comissão de Direito Penitenciário da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Ceará (OAB/CE), Márcio Vitor de Albuquerque, "o relatório servirá de base para um sistema penitenciário mais humano e justo".

A juíza Maria das Graças Almeida de Quental, coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Ceará, discorreu sobre a importância da justiça restaurativa e de projetos desenvolvidos pelo Judiciário cearense, como os Grupos Reflexivos para Cumpridores de Penas Alternativas e Autores de Violência contra a Mulher.

Também participaram da mesa os desembargadores Francisco Lincoln Araújo e Silva (vice-presidente do TJCE) e Francisco Sales Neto (corregedor-geral da Justiça); o diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues, e o secretário-adjunto da Justiça e Cidadania, Paulo Roberto Bentes Vasconcelos.

Entre os presentes estavam os desembargadores Francisco Barbosa Filho, Sérgia Maria Mendonça Miranda, Luiz Evaldo Gonçalves Leite, Francisco Gomes de Moura, Lisete de Sousa Gadelha, Paulo Airton Albuquerque Filho e Mário Parente Teófilo Neto, além de juízes das Varas Criminais e de Execução Penal.

O III Mutirão Carcerário, realizado de 6 de agosto a 13 de setembro de 2013, atuou em dois polos no Ceará: Fortaleza e Juazeiro do Norte. De acordo com os dados divulgados pelo CNJ, foram examinados cerca de 15 mil processos de presos condenados e provisórios. Desse total, 2.188 tiveram algum benefício concedido, como extinção de pena, livramento condicional, progressão para regimes aberto, semiaberto e trabalho externo, entre outros.

PRESIDENTE DO TJCE CORRIGE DISTORÇÕES SALARIAIS DE SERVIDORES DO JUDICIÁRIO

A correção das distorções salariais de servidores do Judiciário estadual consta na Portaria nº 1.780, da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), publicada no dia 20 de agosto. A medida traz as progressões de referências e as promoções de classe que beneficiam mais de 1.300 funcionários.

A isonomia é um dos compromissos cumpridos pelo presidente do TJCE, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido. O magistrado disse que é uma forma de reparar injustiças com os servidores do Interior que, apesar de realizarem o mesmo trabalho daqueles lotados em Fortaleza, recebiam remuneração inferior.

O presidente afirmou que resolver a situação era uma questão prioritária e que a vitória é de todo o Judiciário. O esforço teve início em outubro de 2013. Naquela dada, o desembargador solicitou ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Albuquerque, a devolução da mensagem sobre a isonomia, com a finalidade de promover ajustes para tornar as mudanças mais específicas.

No dia 1º de novembro, o Pleno do TJCE aprovou o novo texto. Ainda naquele mês, o presidente do Tribunal entregou a mensagem ao chefe do Legislativo cearense. A matéria teve aprovação, por unanimidade, pelos deputados em 11 de junho. O governador Cid Gomes sancionou a lei (nº 15.645) no dia 26 de junho, conforme publicação no Diário Oficial do Estado.

A isonomia é um dos compromissos cumpridos pelo desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido

Em 14 de agosto, o Órgão Especial aprovou resolução que regulamenta o enquadramento dos servidores. No entanto, a lei determinou que a mudança ocorresse por meio de portaria da Presidência, já publicada no Diário da Justiça Eletrônico.

O pagamento ocorrerá em cinco etapas anuais, com a primeira, excepcionalmente, creditada na folha de agosto de 2014, retroativa ao mês anterior. As demais parcelas serão pagas em julho dos anos subsequentes, progressivamente. As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do Judiciário, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Têm direito os funcionários efetivos com cargo originário ou primeira lotação no Interior, sem exoneração de cargo efetivo, tendo entrado em exercício até 31 de dezembro de 2006. A isonomia também beneficia os servidores efetivos com a primeira lotação na Capital, sem exoneração de cargo efetivo, com início de exercício entre os anos de 2002 e 2006.

CONCURSO PARA SERVIDOR ESTÁ EM FASE DE FINALIZAÇÃO

O concurso público para servidor do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) está em fase de finalização. A homologação deve ocorrer ainda no segundo semestre de 2014, pelo Órgão Especial.

As provas objetiva e discursiva foram aplicadas em maio deste ano e a avaliação de títulos ocorreu em julho. Os candidatos com deficiências passaram por perícia médica.

A seleção, organizada pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos/Universidade de Brasília (Cespe/UnB), teve 59.163 inscritos. Eles concorreram a 238 vagas dos cargos de Analista Judiciário (áreas Judiciária e Administrativa) e Técnico Judiciário (áreas Judiciária e Técnico Administrativa). A lotação é para Fortaleza e Interior do Estado. Também será formado cadastro reserva.

O desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho é o presidente da Comissão do Concurso para servidor. Também fazem parte da equipe a secretária de Gestão de Pessoas, Vládia Santos Teixeira, e as servidoras Olívia Mary Paiva Torres e Cinara Marques Moreira.

CNJ DESTACA PROJETO DA VARA DE PENAS ALTERNATIVAS DE FORTALEZA

Encontros ocorrem a cada 15 dias, no Fórum Clóvis Beviláqua

O projeto Grupos Reflexivos para Cumpridores de Penas Alternativas e Autores de Violência Contra a Mulher, desenvolvido pelo Poder Judiciário cearense, foi escolhido uma das quatro melhores práticas adotadas pelos tribunais brasileiros na aplicação de penas alternativas. O anúncio ocorreu durante o Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O evento foi realizado em São Luís (MA), nos dias 7 e 8 de agosto. As demais iniciativas destacadas vieram dos tribunais de Justiça de Pernambuco, do Maranhão e do Amazonas. Elas foram selecionadas entre as 14 inscritas no CNJ, de todas as regiões do país.

A juíza Maria das Graças Almeida de Quental, titular da Vara de Penas Alternativas da Comarca de Fortaleza, participou como palestrante do Fonape. A magistrada é responsável pelo projeto, que desenvolve atividades socioeducativas e reflexivas com cumpridores de penas e medidas alternativas, além de infratores da Lei Maria da Penha.

RESSOCIALIZAÇÃO

Os encontros ocorrem a cada 15 dias, no Fórum Clóvis Beviláqua, em parceria com a Pastoral Carcerária do Ceará. As horas são computadas no cumprimento da pena. Já os autores de violência contra a mulher têm a situação informada ao Juizado da Mulher mensalmente.

O objetivo é sensibilizar os participantes sobre os danos causados pelos delitos cometidos, por meio de reflexões sobre fatores que levam à prática criminosa. São utilizadas dinâmicas, vídeos e debates com temas atuais.

A partir das experiências dos apenados, o projeto previne e estimula o rompimento da violência, auxiliando na diminuição dos casos de reincidência criminal e de violência contra a mulher. Dados da Vara de Penas Alternativas de Fortaleza apontam que 80% dos atendidos no projeto não reincidem no crime.

Notas

DES. SUENON BASTOS MOTA RECEBE HOMENAGENS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Órgão Especial, a 5ª Câmara Cível e as Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) prestaram homenagens ao desembargador Francisco Suenon Bastos Mota, que se aposentou no dia 7 de julho deste ano. Nas ocasiões, o magistrado recebeu placas alusivas aos serviços prestados à Corte de Justiça estadual. Natural de Cedro (CE), Suenon Bastos Mota ingressou na magistratura em agosto de 1974, na Comarca de Caririaçu, onde exerceu a titularidade. Também foi titular em Mombaça, Barbalha, Itapipoca e Juazeiro do Norte. Tomou posse como desembargador do TJCE no dia 26 de novembro de 2009. Exerceu ainda o cargo de ouvidor-geral do Tribunal e foi presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai/CE), além de dirigir a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ).

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA REALIZA NOVOS CICLOS DE INSPEÇÕES

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará realizou, em julho e agosto deste ano, mais dois ciclos de inspeções. O quinto ciclo ocorreu nas comarcas de Maracanaú (07 e 08/07), Maranguape e Pindoretama (09/07), Aquiraz (10/07) e Eusébio (11/7). O sexto ciclo foi realizado em Icó, Araripe e Potengi (04/08); Quixelô, Granjeiro, Barro e Nova Olinda (05/08); Orós, Altaneira, Jati e Penaforte (06/08); Cariús, Santana do Cariri, Abaiara e Mauriti (07/08); e em Jucás, Milagres, Jardim e Caririaçu (08/08). Segundo a Corregedoria, ainda estão previstos, para este ano, dois ciclos (em setembro e outubro). A Portaria nº 74/2014, que instituiu o cronograma de 2014, foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 17 de julho.

JUÍZA DISCIPLINA SAÍDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS

Crianças e adolescentes ainda não destituídos do poder familiar ou em processo de destituição só poderão sair do acolhimento após autorização judicial e comunicação ao Ministério Público do Ceará (MP/CE). A determinação, que consta na Portaria nº 9/2014, publicada no Diário da Justiça eletrônico no dia 1º de agosto, é da juíza Alda Maria Holanda Leite, coordenadora das Varas da Infância e da Juventude de Fortaleza.

A magistrada estabeleceu ainda que funcionários, voluntários, dirigentes dos abrigos e grupos de apoio não mantenham ligação com os acolhidos, devendo a relação se restringir a vínculo funcional e profissional. Além disso, proibiu a visitação de qualquer pessoa que não esteja ligada à criança ou adolescente pelo Cadastro Nacional de Adoção, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A juíza levou em consideração a informação de que os acolhidos têm sido autorizados pelas instituições de acolhimento a saírem com pessoas estranhas e familiares, sem o devido conhecimento ou autorização judicial.

No caso de descumprimento, a magistrada fixou multa de três a vinte salários mínimos, podendo ser aplicado o dobro, se houver reincidência.

Saída dos abrigos só pode ocorrer após autorização judicial e comunicação ao Ministério Público

OFICINA ORIENTA PAIS E FILHOS A LIDAR COM DIVÓRCIO E CONFLITOS FAMILIARES

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua promoveu a 1ª Oficina de Pais e Filhos no dia 30 de julho para aqueles que têm ações envolvendo divórcio, disputa pela guarda dos filhos e pagamento de pensão alimentícia, entre outros litígios.

Segundo a coordenadora do Centro, juíza Natália Almino Gondim, o objetivo é auxiliar a enfrentar a situação de rompimento conjugal de forma mais pacífica e equilibrada, alertando para as consequências negativas que os conflitos podem ocasionar.

A ação foi dividida em quatro turmas, sendo duas para adultos, uma para os filhos adolescentes e outra para as crianças. Foram promovidas reflexões sobre divórcio e os comportamentos que podem minimizar o sofrimento nessa fase.

A oficina é idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e está sendo realizada em vários estados. No projeto, são distribuídas cartilhas educativas que esclarecem sobre os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos do divórcio.

Foram promovidas reflexões sobre divórcio e as consequências negativas dos conflitos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA IMPLANTA PJE NOS 24 JUIZADOS ESPECIAIS DE FORTALEZA

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) concluiu a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos 24 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs) da Capital no dia 8 de agosto. O sistema proporciona mais agilidade na tramitação de processos, transparência e redução de custos para o Judiciário.

A expectativa, de acordo com o presidente do TJCE, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, é que, com o novo sistema, o Judiciário tenha domínio de tecnologia de qualidade com mais autonomia.

O gerente de projeto da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do Tribunal, Welkey Carmo, informou que foram ministradas 280 horas de treinamentos para capacitar 157 servidores dos Juizados que utilizam a ferramenta. "Também abrimos nove turmas para capacitar funcionários de instituições parceiras da Justiça, como a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Ceará, Ministério Público e Defensoria Pública".

Foram ministradas 280 horas de treinamentos para capacitar 157 servidores dos Juizados

INTERIOR

A Setin iniciou a implantação do PJe nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Aquiraz, Maracanaú e Caucaia. Depois, o grupo seguirá para as comarcas de Itapipoca, Aracati, Iguatu, Crateús, Baturité, Crato, Juazeiro do Norte, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá, Tianguá, Icó e Lavras da Mangabeira. O cronograma foi estabelecido na Resolução nº 11/2014 do Órgão Especial do TJCE, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 19 de agosto.

O secretário de Tecnologia do Tribunal, Moacir Medeiros, informou que o trabalho será concluído no próximo dia 7 de novembro. "Até lá teremos cumprido a meta estabelecida na Resolução nº 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça para este ano, que recomenda implantar o sistema em 10% das unidades do Poder Judiciário".

Em maio deste ano, o PJe foi implantado nas seis Turmas Recursais do Fórum Professor Dolor Barreira.

ADVOGADOS PODEM ACESSAR DIÁRIO DA JUSTIÇA E FAZER CONSULTA PROCESSUAL POR MEIO DO QR CODE

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) disponibilizou o QR Code nos departamentos da Secretaria Judiciária e salas de sessões de julgamento do Palácio da Justiça desde o dia 1º de agosto. O sistema de codificação permite o acesso direto à Consulta Unificada de Processos e ao Diário da Justiça eletrônico, por meio de smartphone e tablet.

A iniciativa beneficia principalmente advogados, partes e interessados que buscam os serviços da Justiça estadual. O Fórum Clóvis Beviláqua também disponibiliza o sistema.

COMO UTILIZAR O QR CODE

1) O primeiro passo é ter um smartphone ou tablet com leitor de QR Code. Para isso, existem vários aplicativos disponíveis na Internet;

2) Depois de instalado o leitor, entre no aplicativo e clique na opção de leitura do código e aponte a câmera do aparelho para o QR Code indicado no cartaz que estará afixado nos departamentos;

3)Você será direcionado automaticamente ao endereço desejado.

TJCE INVESTE R$ 2,1 MILHÕES NA CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE ASSARÉ

Instalações oferecem maior conforto e segurança aos usuários

O Fórum da Comarca de Assaré (a 502 km de Fortaleza) passou a atender em instalações modernas que oferecem maior conforto e segurança aos usuários. O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) investiu R$ 2,1 milhões na construção do prédio, que tem espaços mais adequados para atendimento ao público e funcionamento dos serviços judiciais, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Ceará (OAB/CE).

O juiz David Melo Teixeira Sousa, titular da Comarca desde julho de 2013, destaca as principais mudanças. "O Fórum novo melhorou bastante a acessibilidade. O outro tinha escadas antigas com problemas estruturais no corrimão e, às vezes, dificultava o acesso de pessoas idosas ou com problemas de locomoção. Além disso, permitiu melhor organização da Secretaria. Os servidores agora têm um ambiente mais adequado".

O magistrado afirma que a estrutura oferece mais segurança para a realização das audiências criminais. "Melhorou muita coisa. O Fórum ficou em local estratégico, onde você tem estacionamento, amplo apoio e estrutura física", declarou o advogado Francisco Eldo de Souza.

A estrutura foi projetada segundo normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que fez acordo com o TJCE para que prédios do Judiciário estadual deixem de funcionar, gradativamente, junto a agências bancárias.

As novas instalações, denominadas "Fórum Promotor de Justiça Ribamar Cortez", têm área construída de 770,89 m². O nome, aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal, é uma homenagem ao promotor de Justiça José Peixoto de Alencar Cortez, conhecido como Ribamar Cortez.

Localizado em frente ao Terminal Rodoviário e próximo da Delegacia de Polícia Civil e do Destacamento da Polícia Militar, possui Gabinete do Juiz, Secretaria de Vara, Sala de Audiências, Arquivo, Distribuição, Salão do Júri, Sala dos Oficiais de Justiça, Celas, Depósito e outros ambientes.

As instalações contam com sistema de detecção e alarme de incêndio, de proteção contra descargas atmosféricas, cabeamento estruturado (dado e voz), estrutura elétrica para circuito fechado de TV, sistema de sonorização e climatização, além de portal detector de metais.

Juiz David Melo Teixeira Sousa destaca melhorias na acessibilidade

Notas

SEMANA DO ESTUDANTE PROMOVE PALESTRAS SOBRE MERCADO DE TRABALHO

O Fórum Clóvis Beviláqua promoveu palestras para celebrar a Semana do Estudante, nos dias 12 e 14 de agosto, com o objetivo de explicar o funcionamento do mercado de trabalho e a importância da qualificação profissional. A iniciativa contou com a participação de jovens aprendizes conveniados ao Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (Isbet). Teve o apoio da Diretoria do Fórum, da Vara de Execução de Penas Alternativas de Fortaleza, do Sistema Nacional de Emprego e do Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (Sine/IDT). As palestras abordaram temas como "Sucesso e êxito no trabalho" e "Liderança e Inovação".

Jovens aprendizes participaram da iniciativa

MAGISTRADOS E SERVIDORES RECEBEM IMUNIZAÇÃO CONTRA GRIPE E HEPATITE B

O Departamento de Serviços Integrados de Saúde do Tribunal de Justiça do Ceará promoveu campanha de vacinação contra gripe e hepatite B para magistrados e servidores. A iniciativa contou com parceria da Secretaria Executiva Regional VI, que cedeu as doses e os profissionais necessários ao trabalho. Ao todo, receberam as imunizações 296 servidores. Na ocasião, uma equipe esteve à disposição na sala 1, do Centro de Treinamento, localizado no subsolo no Palácio da Justiça, Cambeba. A vacinação contra a gripe é anual. Já contra hepatite B se dá por meio de três doses para toda a vida.

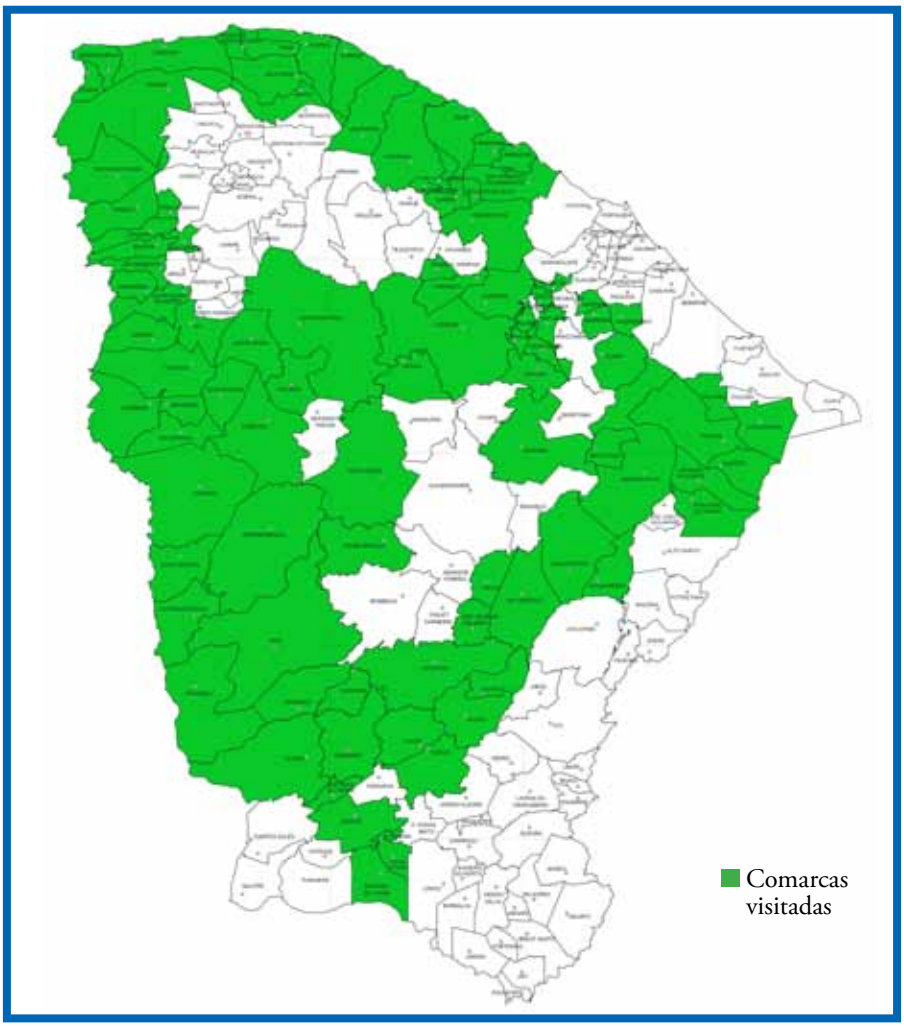
EXAMINADOS 747 PROCESSOS DA META 4 DO CNJ

Os juízes do Grupo de Auxílio do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) para cumprimento da Meta 4, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), movimentaram 747 ações de improbidade administrativa e de crimes contra a Administração Pública em 2014. Os trabalhos foram conduzidos pelo desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto, supervisor da Meta no Judiciário cearense.

Ao todo, foram visitadas 93 comarcas do Interior, no período de 10 de março a 21 de agosto. Foram proferidas 375 sentenças, 49 decisões (recebimento de petição inicial/denúncia e diligências), 113 despachos e 210 exclusões (ações que não faziam parte da Meta). Os juízes vistoriaram ainda 169 processos que estavam com audiências marcadas e diligências determinadas pelo juiz e, por isso, não necessitaram de movimentação.

Participaram os juízes Daniel Carvalho Carneiro, Edison Ponte Bandeira de Melo, Henrique Lacerda de Vasconcelos, Luciano Nunes Maia Freire e Francisco Marcello Alves Nobre, Roberto Viana Diniz, além dos servidores Gilberto Silva Viana e Geraldo Fernandes Santos.

A medida atende à determinação do CNJ aos tribunais do país para agilizar o julgamento, até o fim deste ano, das ações de improbidade e de crimes contra a administração, distribuídas até 31 de dezembro de 2012. O Grupo de Auxílio foi instituído pelo presidente do TJCE, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, por meio da Portaria nº 407/2014, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 26 de fevereiro de 2014.



ESMEC REALIZA O V ENCONTRO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Escola Superior da Magistratura do Estado (Esmec) sediou, nos dias 7 e 8 de agosto, o V Encontro da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública da Criança e do Adolescente do Ceará. O evento teve como objetivo favorecer o diálogo entre os profissionais que trabalham para a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A abertura dos trabalhos foi conduzida pelo desembargador Francisco Darival Beserra Primo, que está à frente da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Na ocasião, o magistrado falou dos desafios e dificuldades enfrentadas pelos órgãos. "Somos ainda muito frágeis no cumprimento de nosso dever à causa da infância e adolescência. Devemos sempre procurar dar às crianças e adolescentes carentes desse País a proteção integral prevista no Estatuto. A partir do momento em que realmente implantarmos os direitos previstos no ECA e na Constituição, faremos do Brasil um país gigante de fato", ressaltou.

Abertura dos trabalhos foi conduzida pelo desembargador Francisco Darival Beserra Primo

O V Encontro foi resultado de convênio firmado entre o TJCE, Ministério Público e Defensoria Pública estaduais, em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT). Teve o apoio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP).

3ª VARA DA INFÂNCIA ENTREGA TERMOS DEFINITIVOS DE ADOÇÃO

A 3ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza realizou, no último dia 14 de agosto, a entrega de 18 termos definitivos de adoção. Os documentos encerram o processo de adoção e servem para a emissão de novas certidões de nascimento para as crianças e adolescentes. O evento ocorreu no auditório Agenor Studart, no Fórum Clóvis Beviláqua.

A juíza Alda Maria Holanda Leite, titular da unidade e coordenadora das Varas da Infância e da Juventude da Capital, destacou a alegria dos pais em receber os termos definitivos. "Nós testemunhamos a felicidade da família em legalizar a adoção. Esses documentos marcam o início de uma nova vida para as crianças e os pais".

Uma das beneficiadas, Francisca Adelaide Costa, mãe de adolescente de 16 anos, disse que estava muito feliz. "Minha experiência como mãe adotiva é maravilhosa. Nunca havia planejado antes. Agora, ela poderá ter os mesmos direitos legais que meus outros dois filhos".

Desde 2 de junho deste ano, a 3ª Vara passou a ser responsável pelo julgamento somente de processos cíveis, como pedidos de guarda e tutela, ações de destituição do poder familiar e requerimentos de adoção, conforme Resolução nº 5/2014, aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A partir de então, já foram entregues 28 termos definitivos de adoção.

Desde a especialização da 3ª Vara, já foram entregues 28 termos definitivos de adoção

EDITORA DO TJCE DEFINE PROGRAMAÇÃO PARA XI BIENAL DO LIVRO DO CEARÁ

A Editora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) definiu a programação que será apresentada em estande, durante a XI edição da Bienal Internacional do Livro do Ceará. O evento ocorrerá entre 6 e 14 de dezembro deste ano, no Centro de Eventos do Estado.

No espaço do Tribunal, haverá exposição de obras, exibição do programa "Judiciário em Evidência", além de palestras sobre literatura e Direito. A assessora Institucional, Mailu de Oliveira Franco Alvarenga, informou que serão promovidos debates sobre o tema "Literatura e Direito", com participação de estudantes de Direito.

A programação foi decidida no dia 5 de agosto, durante reunião dos membros do Conselho Editorial no gabinete da desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda, presidente do Conselho. Além da magistrada e da assessora Institucional, a equipe é composta pelos desembargadores Carlos Alberto Mendes Forte e Jucid Peixoto do Amaral, e pelos juízes Aluízio Gurgel do Amaral Júnior e Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos.

A iniciativa contará com o apoio das assessorias de Comunicação e de Cerimonial, da Assistência Militar e da Secretaria de Tecnologia. Será a segunda vez que o Tribunal participa.

OBRAS EXPOSTAS

Também serão expostos no estande o Código de Divisão e Organização Judiciária do Ceará e Legislação Correlata; a "Série Direito Vivo - Volume 1 – Liminares"; "Revista de Pareceres Administrativos"; "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado"; "Revista Themis, da Esmec"; "Recursos Especial e Extraordinário no Novo Código de Processo Civil – Estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha" e "Série Direito Vivo – Volume II – Sentenças", entre outras.

FASE DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO "CIDADANIA JUDICIÁRIA" SEGUE ATÉ SETEMBRO

O curso de extensão "Cidadania Judiciária" iniciou, no dia 25 de agosto, o período de avaliação dos 25.258 participantes inscritos. O prazo segue até 25 de setembro. Realizada na modalidade de ensino a distância, a capacitação é uma parceria do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) com a Fundação Demócrito Rocha/ Universidade Aberta do Nordeste e jornal O Povo.

Os fascículos foram distribuídos entre 2 de junho e 18 de agosto. Ao todo, foram 12 encartes, disponibilizados às segundas-feiras no O Povo.

O objetivo é qualificar entidades da sociedade civil, movimentos sociais e agentes públicos para a melhoria dos diálogos em sociedade; introduzir conceitos de multidisciplinaridade; contribuir para a cultura da qualidade de vida por meio do exercício da cidadania e recuperar, registrar e disponibilizar a memória histórica do Tribunal de Justiça.

Os participantes terão direito a certificado de extensão universitária, emitido pela Fundação Demócrito Rocha, em parceria com a Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), após avaliação.

A prova deve ser respondida no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Os conteúdos apresentados durante o curso são abordados em 20 questões de múltipla escolha. A nota é divulgada após a conclusão do teste.

O curso Cidadania Judiciária contou com 12 fascículos

REGULAMENTADA CESSÃO DE PRÉDIOS DO TJCE PARA CARTÓRIOS ELEITORAIS

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/CE) firmaram, no dia 8 de julho, convênio de cessão remunerada de imóveis do Interior do Estado para a instalação de Cartórios Eleitorais. O documento foi assinado pelo vice-presidente do TJCE, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, no exercício da Presidência, e pela presidente do TRE/CE, desembargadora Maria Iracema Martins do Vale.

A magistrada agradeceu ao chefe da Corte de Justiça estadual, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, representado pelo vice-presidente, "a oportunidade de formalizar o acordo e estabelecer parceria, que será boa para as duas partes". O desembargador Francisco Lincoln ressaltou que o convênio legaliza a ocupação do TRE dentro dos Fóruns, por recomendação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para usar o espaço, o Tribunal Eleitoral pagará ao TJCE o valor total de R$ 800 mil ao ano, divididos em 12 parcelas de R$ 66.666,67. A quantia será repassada como receita ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju).

Na mensalidade estão incluídas despesas com água, energia, limpeza, mão de obra, controle de pragas, climatização e manutenção dos prédios. Ao TJCE, caberá entregar o imóvel em condições de uso, bem como executar as atividades necessárias à conservação do bem.

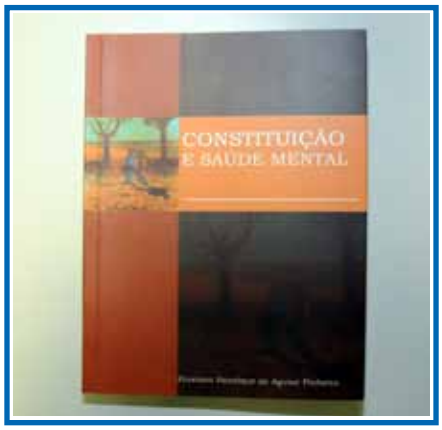
A Justiça Eleitoral deverá executar, com recursos próprios, a instalação dos serviços, utilizar apenas para atendimentos das atividades eleitorais, efetuar pontualmente os pagamentos e indenizar quaisquer danos causados durante o período de ocupação. Deverá ainda devolver os prédios em condições de uso e responsabilizar-se pelo material de expediente, mobiliários, equipamentos e pessoas que transitam nas dependências dos imóveis. O contrato tem duração de 60 meses.

LIVRO SOBRE "CONSTITUIÇÃO E SAÚDE MENTAL" SERÁ LANÇADO EM CONGRESSO

O livro "Constituição e Saúde Mental", de autoria do servidor do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Gustavo Henrique de Aguiar Pinheiro, será lançado durante o IV Congresso Brasileiro de Saúde Mental, que ocorrerá de 4 a 7 de setembro, em Manaus (AM).

A obra aborda temas como hospitais psiquiátricos, direitos e garantias fundamentais da pessoa portadora de transtorno mental e saúde mental. Fala, ainda, sobre o regime constitucional de utilização de técnicas invasivas de tratamento de saúde mental e o devido processo legal de internação psiquiátrica involuntária.

"A questão das pessoas portadoras de deficiência mental no Brasil geralmente é discutida sem observar os direitos fundamentais garantidos pela Carta Magna. O objetivo desse trabalho foi ampliar essa discussão sob a ótica da Constituição Federal, a norma maior brasileira", explicou o autor.



O livro é de autoria do servidor Gustavo Pinheiro

Notas

MUTIRÃO DO SEGURO DPVAT SOLUCIONA 502 PROCESSOS EM CINCO DIAS

O mutirão de conciliação envolvendo processos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados Por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) promoveu 696 audiências em cinco dias. Desse total, 502 resultaram em acordo, alcançando 72,13% de êxito.

A força-tarefa, realizada de 21 a 25 de julho, foi organizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

Houve acordos em 502 audiências

FÓRUM DOA MAIS DE 8 TONELADAS DE MATERIAL RECICLÁVEL A ASSOCIAÇÃO

O Fórum Clóvis Beviláqua já doou 8,4 toneladas de material reciclável à Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia. A parceria existe desde setembro de 2013. A coleta seletiva faz parte das atividades do "Grupo de Apoio às Ações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do Poder Judiciário Estadual", que atua no Fórum. Pelo menos uma vez por semana, uma média de 250 kg de resíduos recolhidos nas lixeiras de coleta seletiva são repassados à instituição. O trabalho beneficia 11 famílias que vivem da catação de lixo. A medida faz parte das melhorias decorrentes do termo de compromisso, firmado há um ano, entre a Diretoria do Fórum e o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública).

SERVIDORES DO INTERIOR PARTICIPAM DE ETAPA PRESENCIAL DE CURSO SOBRE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Juízes estiveram reunidos com a desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira e juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) prossegue com a etapa presencial do Curso de Mediação e Conciliação em comarcas do Interior. O objetivo é capacitar servidores e terceirizados do Poder Judiciário estadual para atuar como mediadores e conciliadores voluntários.

A capacitação já foi realizada nos fóruns de Sobral e Juazeiro do Norte, a 250 km e 493 km de Fortaleza, respectivamente. Cerca de 110 servidores participaram das atividades. Nessa fase do curso, eles aprendem a realizar sessão de conciliação e a preparar o ambiente físico adequado para as audiências.

Os instrutores são o juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira, coordenador do Nupemec, e os servidores Flávio Rodrigues, do 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza, e Mário Fillipe Cardoso de Abreu, diretor do Núcleo. Os profissionais foram capacitados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Durante os encontros, a desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, supervisora do Nupemec, e o juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira se reúnem com magistrados das regiões. A finalidade é debater temas como o cumprimento da Resolução nº 125/10 do CNJ, que institui a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, além dos preparativos para a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá de 24 a 28 de novembro deste ano.

ETAPAS

O Curso de Mediação e Conciliação é composto por três etapas: aula a distância, aula presencial e estágio supervisionado. A carga horária é de 44 horas/aula teóricas (34h/a a distância e 10h/a presenciais), além de dez sessões de conciliação e mediação. Ao final, o Nupemec emite certificados aos que tiverem concluído todas as etapas, com aproveitamento satisfatório.

Os próximos treinamentos presenciais ocorrerão nos dias 19 de setembro (Tauá), 17 de outubro (Russas) e 7 de novembro (Fortaleza).

TRIBUNAL PLENO

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido - Presidente
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva - Vice-Presidente
Des. Francisco Sales Neto - Corregedor - Geral da Justiça
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa.Vera Lúcia Correia Lima
Des. Francisco Auricélio Pontes
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Paulo Camelo Timbó
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Des. Jucid Peixoto do Amaral
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Teodoro Silva Santos
Des. Carlos Rodrigues Feitosa
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Des. Francisco Gomes de Moura
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes
Desa. Maria Gladys Lima Vieira
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Des. Raimundo Nonato Silva Santos
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Des. José Tarcilio Souza da Silva
Dra. Helena Lúcia Soares - Juíza Convocada
Chrystianne dos Santos Sobral - Secretária Geral

ÓRGÃO ESPECIAL

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luís Bezerra de Araújo
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Des. Francisco Gladyson Pontes
Chrystianne dos Santos Sobral - Secretária Geral

Juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua

Juiz Antonio Carlos Pinheiro Klein - Juiz Coordenador da Esmec
Juíza Mirian Porto Mota Randal Pompeu - Juíza Auxiliar da Presidência
Juiz Francisco Eduardo Fontenele Batista - Juiz Auxiliar da Presidência
Luís Eduardo de Menezes Lima - Assessor Especial da Presidência
Maria Carmen de Lima Martins Pinto - Secretária Judiciária
Diana Santos Pontes - Secretária Especial de Planejamento e Gestão
Martin Kair de Brito - Secretário de Administração em exercício
Vládia Santos Teixeira - Secretária de Gestão de Pessoas
José Joaquim Neto Cisne - Secretário de Finanças
Francisco Moacir da Silva Medeiros Júnior - Sec. de Tecnologia da Informação
José Wilton Bessa Macêdo Sá - Secretário-executivo do Fórum Clóvis Beviláqua
Mailu de Oliveira Franco Alvarenga - Assessora Institucional interina
Ticiana Porfírio Pinto - Auditora-chefe de Controle Interno
Luís Lima Verde Sobrinho - Consultor Jurídico
Dalva Regina Luna Queiroz - Chefe da Assessoria de Comunicação
Silvio de Paiva Ribeiro - Chefe da Assessoria de Cerimonial
Ten Cel PM César Augusto Campêlo Lopes - Assistente Militar

EXPEDIENTE

O Judiciário Notícias é produzido pela Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Telefones: (85) 3207.7056/7060
Fax: (85) 3207.7058
E-mail: imprensa@tjce.jus.br
Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça